

# Sumário

Número de notícias: 13 | Número de veículos: 13

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Atualização de faixas do IR custará R\$ 3,3 bi este ano e R\$ 5,3 bi em 2026 ..... 2

O ESTADO - FORTALEZA - CE - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Nova correção do IR amplia isenção e beneficia quem ganha até R\$ 3.036 por mês ..... 3

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
ANFIP

Governo amplia faixa de isenção do IR para dois salários mínimos ..... 4

VALOR ECONÔMICO - SP - CAPA  
SEGURIDADE SOCIAL

Gasto com assistência social ganha mais peso no Orçamento da União ..... 6

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO  
SEGURIDADE SOCIAL

Aumento de descontos em benefícios do INSS sugere fraudes disseminadas ..... 7

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Precatórios devem superar R\$ 115 bi em 2026 e vão pressionar arcabouço após eleição  
..... 8

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
SERVIDOR PÚBLICO

Supersalários e desigualdade no serviço público: caminho contrário à boa gestão de pessoas  
(Artigo) ..... 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é a maior oportunidade para reinvenção em 30 anos ..... 12

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados podem aderir a nova renegociação de dívidas até 31 de dezembro ..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Justiça suspende eleição para representantes de municípios no Comitê Gestor do IBS  
..... 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Renda fixa bombando... e a economia? ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Tarifas e nova economia da adaptação - GESTÃO ..... 19

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
SEGURIDADE SOCIAL

PLATAFORMAS - REPÓRTER DIÁRIO ..... 20

# Atualização de faixas do IR custará R\$ 3,3 bi este ano e R\$ 5,3 bi em 2026

A atualização das faixas de cobrança do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), realizada nesta segunda-feira, terá impacto fiscal de R\$ 3,29 bilhões em 2025, R\$ 5,34 bilhões em 2026 e R\$ 5,73 bilhões em 2027, nos cálculos da **Receita Federal**. A informação foi divulgada nesta segunda-feira, 14, pelo Ministério da Fazenda.

Conforme medida provisória (MP) publicada nesta segunda-feira no "Diário Oficial" da União (DOU), o governo federal aumentou de R\$ 2.259,20 para R\$ 2.428,80 o limite mensal para a isenção do IRPF. Também houve mudanças nas outras faixas.

No **comunicado**, o Ministério da Fazenda afirma que o novo teto de R\$ 2.428,80, "somado ao desconto simplificado de R\$ 607,20, garante que nenhum rendimento até dois salários mínimos mensais seja tributado a partir de maio". Atualmente, o salário mínimo está em R\$ 1.518.

De acordo com a pasta, o impacto fiscal projetado para 2025 com as mudanças é menor do que para os demais anos "porque a medida somente entrará em vigor no mês de maio e, portanto, não terá reflexos sobre a arrecadação do primeiro quadrimestre".

O Ministério da Fazenda não informou no **comunicado** se haverá ou qual será a medida de compensação fiscal para a atualização da tabela.

A compensação fiscal referente à atualização realizada nesta segunda-feira da tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) já está prevista no projeto de lei (PL) que isenta do IRPF quem ganha até R\$ 5 mil mensais, informou o Ministério da Fazenda ao Valor.

A atualização realizada nesta segunda-feira terá impacto fiscal de R\$ 3,29 bilhões em 2025, R\$ 5,34 bilhões em 2026 e R\$ 5,73 bilhões em 2027.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou que, apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) "não exigir medida compensatória quando se trata da tabela" do IRPF, a compensação será feita "globalmente" para os três anos por meio do PL 1087/2025, que isenta da cobrança aqueles que ganham até R\$ 5 mil.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188169>

# Nova correção do IR amplia isenção e beneficia quem ganha até R\$ 3.036 por mês

A partir de maio, a tabela do Imposto de Renda passa por nova correção e promete aliviar o bolso de milhões de brasileiros, especialmente os de renda mais baixa. A Medida Provisória enviada ao Congresso pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atualiza os valores da primeira e segunda faixas da tabela progressiva mensal, isentando do tributo quem recebe até R\$ 3.036 por mês, o equivalente a dois salários mínimos em 2025.

A mudança ocorre após a sanção do Orçamento de 2025, assinada por Lula na última sexta-feira (11/04), o que permitiu a correção da tabela até então congelada. Com a medida, a faixa de isenção, que antes abrangia rendas de até R\$ 2.259,20, passa para R\$ 2.428,80, um reajuste de 7,5%. Quando somado ao desconto simplificado de R\$ 607,20, esse valor alcança os R\$ 3.036 de isenção real. Já a segunda faixa, com alíquota de 7,5%, passa a cobrir rendimentos de R\$ 2.428,81 até R\$ 2.826,65.

Apesar de a correção beneficiar especialmente os que estão nas faixas mais baixas de rendimento, ela se aplica a todos os contribuintes. Isso acontece porque a cobrança do IR é feita de forma escalonada, atingindo apenas a parcela do salário que ultrapassa cada faixa. Ou seja, mesmo os que recebem acima do teto da tabela atual se beneficiam proporcionalmente da mudança.

A **Receita Federal** estima uma renúncia fiscal de R\$ 3,29 bilhões em 2025 em função da nova medida, um impacto limitado, já que ela só entra em vigor a partir de maio. Em 2026, esse valor deve subir para R\$ 5,34 bilhões e chegar a R\$ 5,73 bilhões em 2027, quando o efeito será anualizado.

Contudo, a correção está longe de atender às expectativas de entidades como a Unafisco Nacional.

A associação de auditores fiscais aponta que, para repor toda a defasagem acumulada ao longo dos anos, seria necessária uma elevação de 130% na faixa de isenção e de 176% nas demais faixas. Para críticos, a medida do governo é um avanço tímido diante da corrosão histórica da tabela pela inflação.

Paralelamente à Medida Provisória, tramita no Congresso um projeto de lei assinado por Lula em março que prevê a isenção total do IR para quem

ganha até R\$ 5 mil por mês. Diferente da tabela escalonada, o projeto cria um corte direto que beneficiaria exclusivamente os contribuintes com renda dentro desse teto, com impacto indireto para quem ganha até R\$ 7 mil.

A proposta, mais ambiciosa e de tramitação mais lenta, está sendo discutida entre os parlamentares.

Um dos pontos em debate é a forma de compensar a perda de arrecadação federal. Enquanto o governo propõe maior tributação sobre os mais ricos, setores do Congresso defendem uma carga extra sobre bancos e instituições financeiras.

**Site:** <https://oestadoce.com.br/edicao-do-dia/15-de-abril-de-2025-edicao-25-063/>

# Governo amplia faixa de isenção do IR para dois salários mínimos

Correção da tabela foi atualizada a partir da publicação de medida provisória

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) enviou ao Congresso a Medida Provisória 1.294, publicada no "Diário Oficial da União" de ontem, que corrige a tabela progressiva do Imposto de Renda. Os novos valores passam a valer em maio deste ano. As correções foram feitas na base da tabela, apenas nas duas primeiras faixas. Com isso, quem ganha até dois salários mínimos por mês (hoje, em R\$ 1.518) volta a ser isento.

A base de cálculo da primeira faixa salarial mensal, que recebe alíquota zero, passa de até R\$ 2.259,20 para até R\$ 2.428,80 -uma correção de 7,5%. A iniciativa isenta os contribuintes com renda mensal de até R\$ 3.036 (equivalente a dois mínimos).

O salário mínimo de R\$ 1.518 já estava em vigor desde o começo do ano, mas a tabela ainda não tinha sido reajustada devido à demora da aprovação do Orçamento de 2025 - cuja sanção foi assinada por Lula na última sexta (11), abrindo caminho para a correção.

A base da segunda faixa, que recebe alíquota de 7,5%, passa a ser o intervalo de R\$ 2.428,81 a R\$ 2.826,65. O reajuste nesse caso é apenas no primeiro valor, de 7%.

Com as mudanças, mais pessoas de menor renda deixam de pagar imposto. Mas, como a tabela do Imposto de Renda é aplicada a todos os salários, todos são beneficiados. Mesmo que a pessoa receba mais que a última faixa, por exemplo, as cobranças são escalonadas e aplicadas a cada intervalo salarial do contribuinte (veja o infográfico).

As MPs têm força imediata de lei, mas precisam receber aval do Congresso para não perder a validade. O texto pode passar por mudanças nas mãos dos parlamentares até ser aprovado.

O reajuste fica aquém do calculado pela **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita** Federal do Brasil (Unafisco Nacional). A entidade afirmou há cerca de um mês que uma correção integral da tabela, para corrigir a defasagem acumulada ao longo dos anos, demandaria um ajuste de 130% na faixa de

isenção e de 176% nas demais faixas.

Em março, Lula assinou um projeto de lei, que prevê isenção do IR para pessoas que recebem até R\$ 5.000 por mês. Nesse caso, diferentemente da tabela, o mecanismo vai beneficiar apenas quem recebe realmente até esse valor (além de prever um alívio indireto para quem ganha até R\$ 7.000). A medida foi uma promessa de campanha de Lula. O projeto, com tramitação mais lenta que MPs, está sendo discutido entre os parlamentares. Enquanto o governo propôs uma maior tributação sobre os mais ricos, o Congresso debate alternativas, como um recolhimento maior sobre bancos. (Folhapress)

Novo sistema de arrecadação / Eduardo Cucolo/Folhapress

As empresas poderão testar a partir de janeiro do próximo ano o sistema de arrecadação do novo imposto e da nova contribuição criados pela **reforma tributária**. Em meados de 2026, também haverá a criação do CNPJ composto por letras e números. As novidades incluem ainda uma calculadora, um portal da reforma com acesso pelo Gov.br e a declaração pré-preenchida.

Em 2026, as empresas terão como obrigação calcular os novos **tributos** e informá-los na nota fiscal eletrônica. Não haverá recolhimento no próximo ano, somente em 2027.

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

# NOVA TABELA

## Imposto de Renda 2025

| BASE DE CÁLCULO (R\$)  | ALÍQUOTA (%) | PARCELA A DEDUZIR DO IR (R\$) |
|------------------------|--------------|-------------------------------|
| Até 2.428,80           | 0            | 0                             |
| De 2.428,81 a 2.826,65 | 7,5          | 182,16                        |
| De 2.826,66 a 3.751,05 | 15           | 394,16                        |
| De 3.751,06 a 4.664,68 | 22,5         | 675,49                        |
| Acima de 4.664,68      | 7,5          | 908,73                        |

### ENTENDA

- ✓ Esse desconto é aplicado pelas empresas na fonte, mês a mês
- ✓ No ajuste anual, os contribuintes informam suas rendas e despesas na declaração, e o sistema calcula se pagou mais ou menos imposto
- ✓ Quem pagou valores a mais terá restituição, quem pagou menos tem de complementar

Passa a valer  
no dia

**1º de  
maio**

# Gasto com assistência social ganha mais peso no Orçamento da União

Os gastos do governo federal com assistência social têm crescido nos anos pós-pandemia e deram um salto no Orçamento do 3o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, impulsionados pelo aumento do valor médio do Bolsa Família e pelo maior número de concessões do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Enquanto em 2017 os gastos com assistência representavam 6,8% do total de despesas executadas pelo governo Michel **Temer**, exceto as financeiras e as transferências constitucionais, nos dois primeiros anos do governo petista o percentual passou de 13%. Em 2021 e 2022, dois últimos anos do governo Jair Bolsonaro, esses percentuais foram de 10,51% e 11,61%, respectivamente. Em 2020, 1o ano da pandemia, os auxílios sociais fizeram as despesas com assistência chegar a 23,48% do total gasto naquele ano.

No caso do Bolsa Família, hoje são 20,5 milhões de famílias atendidas, com benefício médio de R\$ 668,65. No BPC, o auxílio é de um salário mínimo, concedido a mais de 6 milhões de pessoas, entre idosos e pessoas com deficiência carentes.

O fortalecimento dessas políticas está refletido nos dados do Tesouro Nacional. No ano passado, o governo gastou R\$ 285 bilhões com despesas relacionadas à assistência social, o equivalente a 13,29% do total de despesas executadas. Foi a 2a maior despesa, atrás dos gastos da **Previdência Social**, que representaram 48,89% do total. Despesas relacionadas à saúde ficaram em 3o lugar, sendo 10,07% dos R\$ 2,145 trilhões gastos pelo governo.

Em 2023, foram gastos R\$ 266,4 bilhões em assistência social, 13,63% das despesas executadas. "Tem que fazer mudanças operacionais, passar o pente-fino no cadastro dos programas, porque tem um teto de gasto que precisa ser obedecido", afirma Marcelo Neri, do FGV Social. Para Rafaela Vitória, do Banco Inter, o aumento das transferências de renda melhora a situação das famílias, mas traz o risco de impacto na **inflação**. "O crescimento da demanda tem ultrapassado a nossa capacidade de oferta, o que vem gerando essa **inflação** que temos observado nos últimos meses", diz. Procurado, o Ministério do Desenvolvimento Social não fez comentários. Página A4

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188169>

# Aumento de descontos em benefícios do INSS sugere fraudes disseminadas

O aumento significativo na arrecadação de sindicatos com descontos nos benefícios previdenciários já deveria ter feito soar o alarme no **INSS**. Mas, pelo visto, as queixas de irregularidades só têm incomodado os beneficiários. Como mostrou reportagem do GLOBO com base em números obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, esses descontos somaram no ano passado R\$ 88,6 milhões, quase o triplo do arrecadado em 2022 (R\$ 30,7 milhões).

Surpreende que o **INSS** não saiba dizer precisamente o motivo da escalada na arrecadação dos sindicatos. A alíquota de contribuição não varia, mas o aumento do salário mínimo, referência para os benefícios, se reflete no valor arrecadado, de acordo com o instituto. Apenas isso, porém, não explica a disparada de arrecadação nos últimos anos nem a enxurrada de reclamações. A suspeita é que proliferem fraudes e descontos indevidos.

O desconto sindical pode ser cobrado de aposentados e pensionistas, mas precisa de autorização prévia do beneficiário. Por isso, têm chamado a atenção as queixas de segurados surpreendidos com descontos em seus contracheques. Relatório do próprio **INSS** mostra que em apenas um ano as reclamações desse tipo cresceram 280%. Uma auditoria identificou, entre janeiro de 2023 e maio de 2024, descontos indevidos de R\$ 45,5 milhões.

Uma idosa de São Luís Gonzaga do Maranhão (MA) precisou entrar com processo contra uma confederação agrícola que lhe descontava R\$ 30 todo mês. Desde 2020, perdeu mais de R\$ 1,5 mil. O advogado que a representa explicou que ela não sabia conferir o extrato do **INSS**. Muitas vezes, a situação de vulnerabilidade favorece práticas indevidas. Um advogado da cidade de Floriano (PI), representante de cerca de 60 processos de segurados pedindo ressarcimento de valores, diz que a maioria dos casos envolve cidadãos da zona rural que não sabem ler nem escrever.

É certo que os sindicatos perderam arrecadação com o fim do imposto sindical decretado pela reforma trabalhista de 2017. Mas isso não é problema do beneficiário. Fica claro que falta fiscalização eficaz. O descontrole acontece também com empréstimos consignados. Embora o **INSS** alegue que as

irregularidades venham sendo combatidas e que as queixas sejam tratadas na Ouvidoria, o crescimento dos descontos e das queixas mostra que as medidas tomadas, como a possibilidade de bloqueio do desconto pelo usuário, não são suficientes.

É uma insensatez jogar nos ombros do beneficiário a tarefa de verificar se o valor recebido está correto. A maioria nem confere o extrato, e o desconto de pequenos valores todos os meses dificilmente é percebido. Não é o cidadão que tem de provar que não autorizou o que não pediu. É o **INSS** que tem de fiscalizar se os sindicatos agem de forma idônea ao solicitar descontos.

## Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Aumento de descontos em benefícios do **INSS** sugere fraudes disseminadas

## Sítio:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2025/04/aumento-de-descontos-em-beneficios-do-inss-sugere-fraudes-disseminadas.ghtml>

# Precatórios devem superar R\$ 115 bi em 2026 e vão pressionar arcabouço após eleição

O pagamento das dívidas judiciais da União, os chamados precatórios, devem somar R\$ 115,7 bilhões em 2026 e desafiam o governo a propor alguma solução para a fatura, que pressiona cada vez mais as contas públicas e que deve voltar integralmente para o limite de gastos do arcabouço fiscal a partir de 2027.

Esse cenário tem levado agentes do mercado financeiro e integrantes do governo a prever internamente uma mudança no arcabouço fiscal após as eleições presidenciais do ano que vem, quando termina o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, se um ajuste severo nos gastos obrigatórios do governo não for feito. A defesa da equipe econômica tem sido a de preservar o arcabouço.

Procurados, os ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento não se manifestaram.

O governo tem um limite para gastar, de acordo com o arcabouço. As despesas não podem ter um crescimento real (acima da **inflação**) maior que 2,5% de um ano para outro. Os gastos com benefícios previdenciários, assistência social e precatórios vêm crescendo e, conseqüentemente, diminuem o espaço para outras despesas, como manutenção da máquina pública, atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e investimentos em obras públicas.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) autorizou o governo a retirar uma parte dos precatórios do teto de gastos e da meta de resultado primário (balanço entre receitas e despesas, sem contar os juros da dívida) até 2026. Com o desenho do arcabouço fiscal, aprovado no mesmo ano, e com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, promulgada no ano anterior, a decisão deu um alívio momentâneo para o caixa da União.

Os precatórios terão de voltar aos limites das regras fiscais a partir de 2027. O governo não fala em pedir uma nova decisão do STF ou propor uma nova mudança nos limites de pagamento, mas reconhece

que alguma coisa precisará ser feita. "Em 2027, seja quem for o presidente da República, não governa com esse arcabouço fiscal, com essas regras fiscais, sem

gerar **inflação**, dívida pública e detonar a economia", disse a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, em entrevista à GloboNews no dia 13 de março. Ela defendeu um corte de gastos entre novembro e dezembro do ano que vem, após as eleições.

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2026 deverá enviado ao Congresso hoje. Tebet e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afastaram a possibilidade de mudar a meta fiscal de 2026, definida no projeto, que é um superávit fiscal de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**), com uma tolerância admitindo um déficit zero.

Dentro da equipe econômica, uma ala defende a inclusão das dívidas judiciais no anexo de revisão de gastos da LDO de 2026, que serve para demonstrar as despesas que governo se compromete a ajustar. A mesma tentativa foi feita no último ano, para envio da lei de 2025, mas não prosperou. A inclusão sinalizaria um compromisso com uma solução que não passe por alterar o arcabouço.

"No momento atual, é importante que os precatórios integrem esse esforço maior de revisão de gastos, pois se trata de uma rubrica materialmente relevante e que assumiu trajetória crescente nos últimos anos", diz o ex-secretário de Orçamento Federal e consultor da Câmara Paulo Bijos.

**PAGAMENTOS.** O governo tem R\$ 102,7 bilhões em precatórios para pagar em 2025, dos quais R\$ 44 bilhões ficarão fora do teto. No ano que vem, o total deve saltar para R\$ 115,7 bilhões, com R\$ 55,7 bilhões fora do limite. O número é uma estimativa da equipe econômica incluída no Orçamento de 2025, que trouxe projeções para o ano seguinte. O valor final é aquele que a Justiça determinar e deve ser conhecido após o dia 30 de abril.

O fato de parte dos precatórios ficar fora dos limites tem sido determinante para o Poder Executivo cumprir legalmente o arcabouço e a meta fiscal, embora o custo para os cofres públicos seja o mesmo e aumente o endividamento do governo.

"O arcabouço como a gente

conhece hoje não sobrevive em 2027. Muito provavelmente vai ser rediscutido na elaboração do Orçamento de 2027, que tem de ser entregue até agosto de 2026", afirma o ex-secretário do Tesouro Nacional e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt.

Como solução, Bittencourt sugere recalcular o orçamento que serve como base do teto de gastos do arcabouço fiscal de 2023 e incluir todo o valor dos precatórios, e não apenas o que ficou dentro do limite, como foi feito. É como se o governo voltasse no tempo para refazer as contas e o limite de despesas não fosse mais R\$ 2 trilhões e passasse a ser de R\$ 2,3 trilhões, aproximadamente.

A mudança aumentaria o limite total de gastos, sem que outra despesa fosse retirada do teto ou que a regra de 2,5% ao ano fosse alterada. A solução não seria definitiva, pois outros gastos obrigatórios continuariam crescendo, como a **Previdência Social**, mas daria um fôlego para o governo e abriria espaço para pagar todos os precatórios dentro do limite em 2027, na avaliação dele.

"Se fosse feito isso, eu seria o primeiro analista a reconhecer o seguinte: a regra fiscal não mudou. Se qualquer outra mudança for feita, eu vou dizer o seguinte: mudamos a nossa regra fiscal."

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Supersalários e desigualdade no serviço público: caminho contrário à boa gestão de pessoas (Artigo)

**JESSIKA MOREIRA** *Diretora-executiva do Movimento Pessoas à Frente*

O Brasil enfrenta um desafio estrutural no que se refere à gestão de pessoas no serviço público: a existência dos chamados supersalários - remunerações que ultrapassam o teto constitucional, comprometendo a efetividade do Estado e aprofundando desigualdades dentro do próprio setor. Esses vencimentos excessivos geram um impacto significativo na destinação de recursos públicos, chegando a um prejuízo de R\$ 11,1 bilhões em 2023, considerando apenas o Poder Judiciário e o Ministério Público, conforme dados de Nota Técnica produzida, a pedido do Movimento Pessoas à Frente, pelo pesquisador Bruno Carazza.

As recentes medidas administrativas adotadas pelo presidente do Senado Federal vão na contramão de boas práticas de gestão de pessoas. Ao invés de promover uma política remuneratória mais justa, essas decisões ampliam a desigualdade salarial dentro da própria casa, privilegiando altos cargos e contribuindo para um cenário de distorções inaceitáveis no serviço público. Além de onerar os cofres públicos, situações como essa desmotivam os servidores que exercem papéis fundamentais na prestação de serviços para o Estado, criando um ambiente de competitividade e insatisfação.

O Senado tem a oportunidade e a responsabilidade de liderar pelo exemplo, implementando reformas que tornem a gestão mais democrática e eficiente. No entanto, o que vemos é a perpetuação de uma lógica de benefícios que extrapolam o teto constitucional, sustentados por auxílios indevidamente classificados como indenizatórios. O uso indiscriminado dessas verbas, conhecidas como "penduricalhos", é um dos principais mecanismos utilizados para driblar a Constituição e ultrapassar o limite estabelecido por lei.

Essas verbas indenizatórias frequentemente utilizadas como artifícios para burlar o teto precisam de uma classificação mais rigorosa e alinhada aos princípios da administração pública. Auxílios como moradia, alimentação e transporte são, muitas vezes, concedidos de forma indiscriminada, sem o caráter

excepcional e transitório que justificaria sua natureza indenizatória. Para controlar essas despesas de forma efetiva, é preciso que os dados de remunerações sejam disponibilizados de forma ampla e transparente.

O estudo conduzido pelo Movimento Pessoas à Frente revela ainda que 93% dos magistrados e 91,5% dos membros do Ministério Público receberam acima do teto constitucional em 2023. Esses números evidenciam um desvirtuamento do princípio do teto salarial, que deveria garantir equilíbrio nas remunerações e responsabilidade no uso dos recursos públicos. A manutenção desses benefícios acentua uma desproporção dentro do funcionalismo.

Essas distorções impactam diretamente a alocação de recursos e contribuem para a desigualdade dentro do serviço público, enquanto profissionais essenciais, como professores e agentes de saúde, recebem salários muito aquém: a mediana salarial do funcionalismo é de cerca de R\$ 3.300, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), em 2022. Apesar de receberem valores significativamente mais baixos do que a pequena parcela remunerada com supersalários, esses trabalhadores estão na linha de frente de políticas essenciais, o que acaba impactando nos serviços prestados à população e na atração e retenção de profissionais vocacionados e qualificados para as áreas críticas de desenvolvimento do país.

O Estado brasileiro precisa de um modelo de gestão de pessoas que seja eficiente e alinhado às melhores práticas. Precisamos construir uma política remuneratória justa, que reconheça o trabalho dos **servidores públicos** de acordo com seus cargos, funções e entregas para a sociedade. Isso significa estabelecer normas transparentes e mecanismos de controle para garantir que os recursos públicos sejam destinados de forma responsável.

A manutenção desses privilégios compromete investimentos essenciais em áreas como saúde, educação e infraestrutura, impactando negativamente a vida de milhões de pessoas. No momento em que o Brasil discute reformas para equilibrar suas contas públicas, é inadmissível que uma pequena parte do

funcionalismo siga recebendo supersalários e comprometendo os cofres públicos. O fim dos supersalários é uma questão de justiça e de compromisso com o futuro do país.

**Site:**

**<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7216/15-04-2025.html?all=1>**

# Reforma tributária é a maior oportunidade para reinvenção em 30 anos

As mudanças trazidas pela **reforma tributária** no Brasil atingirão todas as cadeias produtivas, impondo às empresas atuação intertransformatividade e reinvenção em vantagem competitiva. O diretor-executivo da Accenture Eric Gorescu recomenda às companhias que não percam tempo aguardando as normas finais do governo federal para começar as adequações necessárias.

Gorescu destaca que a nova tributação, com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), influencia diretamente a estratégia das empresas, desde a compra de insumos até a venda final dos produtos. "A transformação é muito mais profunda e abrangente do que uma simples mudança de imposto", afirma o executivo. "Quem só se preocupar em ajustar as alíquotas sofrerá com perda de receita - ou porque vai subir o preço para o consumidor final de forma desproporcional ou porque terá enorme redução de margem."

Com cerca de 801 mil pessoas atendendo clientes em mais de 120 países, a Accenture reúne profunda experiência na reinvenção de empresas na Índia e no México, onde mudanças tributárias também revolucionaram os negócios.

Entre as novidades da reforma no Brasil, está a adoção do chamado "split payment", método pelo qual o valor referente ao imposto será separado automaticamente no momento da transação financeira. "Empresas que hoje usam recursos financeiros provenientes do intervalo entre recebimento e pagamento de **tributos** precisarão rever sua gestão de caixa", explica Gorescu.

A reforma também influenciará as estratégias logísticas e operacionais das organizações. Atualmente, muitas empresas mantêm unidades produtivas em regiões afastadas dos principais mercados consumidores para aproveitar benefícios fiscais.

Com a nova legislação, esse incentivo deixará de existir, mudando a dinâmica do mercado e obrigando empresas a reavaliar se a localização atual de suas fábricas ainda faz sentido economicamente. "A tributação deixa de ocorrer na origem e passa para o local de consumo. Empresas que produzem perto dos consumidores poderão obter vantagens pela redução

dos custos logísticos, mas precisarão buscar equilíbrio. Com maior demanda por proximidade, mão de obra, fretes e custos imobiliários tendem a aumentar", diz o executivo.

## AVANTAGEM DOS PIONEIROS

Os setores com cadeias produtivas mais longas e com portfólio de produtos variados, como bens de consumo, alimentos e industrializados, estarão entre os mais afetados pelas mudanças tributárias. Essas companhias precisam de tempo adicional para se preparar, dada a complexidade das adaptações que devem ser feitas em cada etapa da produção e distribuição nas diversas unidades de negócios.

A Unilever, multinacional de bens de consumo e dona de marcas como Dove, Rexona, Omo e Kibon, é pioneira nessa reinvenção. "A **reforma tributária** representa um grande marco de transformação e simplificação no Brasil. Para a Unilever, este é um momento que exige agilidade na adaptação, com foco na continuidade dos negócios, na otimização de processos e na gestão eficiente da cadeia de valor", afirma Helena de Gois, diretora financeira PMO de **reforma tributária** da Unilever. "Estamos comprometidos em estar à frente das mudanças, com uma visão estratégica e um plano de transformação robusto para preparar a organização para o futuro."

É uma visão convergente com a da Accenture, que reforça a necessidade de ação imediata e integrada. "Esperar até que a regulamentação seja definitiva pode significar prejuízo em um ambiente altamente competitivo", diz Gorescu. Para o diretor-executivo da Accenture, as empresas devem estabelecer escritórios ou grupos de trabalho dedicados exclusivamente à gestão desse processo, garantindo que haja acompanhamento permanente e coordenado.

Ao lado de grandes organizações, a Accenture parte de uma análise completa das consequências para a operação, considerando não apenas a adaptação tecnológica dos sistemas contábeis, mas também uma revisão estratégica de toda a cadeia produtiva, incluindo fornecedores, preços e logística. Para apoiar esse processo, montou equipes multidisciplinares que atuam desde o diagnóstico até o acompanhamento contínuo das mudanças ao longo dos próximos anos.

"Aqueles que forem capazes de se adaptar rapidamente, ajustando suas operações em tempo real, poderão não apenas mitigar os riscos, mas também assumir posições de liderança no mercado, ampliando suas vantagens competitivas em um cenário pós-**reforma tributária**", diz Gorescu. "O modelo de como trabalhar tem que estar claro já." Até lá, as empresas viverão uma transição, com dois mundos operando ao mesmotempo.

E, nesses mundos, a inteligência artificial generativa se torna alavanca fundamental para que as empresas continuem crescendo em meio às mudanças constantes, seja de ordem regulatória ou das dinâmicas próprias do mercado. "Este é um momento único em que os líderes são obrigados a parar para refletir sobre quais ferramentas novas substituirão o modelo antigo de trabalho, e isso é um multiplicador de oportunidades do começo ao fim", afirma o executivo. "A massa de dados disponível hoje é tão grande que a inteligência artificial firma-se como crucial para a tomada de decisão."

#### A REINVENÇÃO PASSA POR SUPPLY CHAIN

Danilo Doriguelo de Melo, diretor de supply chain business transformation da Diageo, vivenciou diretamente o efeito potencial da **reforma tributária**. Em conjunto com a Accenture, a Diageo, dona da Johnnie Walker, Tanqueray, Smirnoff, entre outras marcas, dedicou quase dois anos para desenhar e implementar uma nova malha logística. "O escopo original visava operações de importação e distribuição mais eficientes, com prazos competitivos e qualidade de entrega diferenciada para nossos clientes", diz Doriguelo.

Durante o desenvolvimento do projeto, os efeitos da reforma foram integrados à transformação. Segundo o diretor da Diageo, as mudanças anunciadas reorientaram as decisões estratégicas da empresa. "Na prática, nos concentramos ainda mais em nível de serviço e excelência operacional, uma vez que a **reforma tributária** equilibrará melhor a lógica de arrecadação em relação ao local de venda e consumo de nossos produtos", explica Doriguelo.

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/188169>

# Estados podem aderir a nova renegociação de dívidas até 31 de dezembro

**Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil**

A partir desta terça-feira (15), os estados e o Distrito Federal podem aderir ao Programa de Plano Pagamento da Dívida dos Estados (Propag), que prevê descontos em juros e financiamento do saldo das dívidas estaduais em até 30 anos. Em troca, os estados que aderirem vão aportar recursos para o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que distribuirá dinheiro mesmo aos que não tiverem débitos com a União, para investimento em educação, segurança pública, saneamento, habitação, transportes e outras áreas.

Administrado pelo Banco do Brasil, o FEF terá 20% dos recursos partilhados conforme o inverso da dívida estadual (quem deve menos recebe mais), com os 80% restantes distribuídos conforme os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE), usado para repartir os recursos do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Segundo Ceron, ainda não há estimativas de quanto o FEF arrecadará porque o montante dependerá de quantas unidades da Federação aderirem ao Propag. A ideia é que os estados pouco endividados e bons pagadores sejam recompensados com mais investimentos em educação, segurança e infraestrutura.

O Propag também permite que os estados amortizem até 20% do saldo devedor oferecendo ativos à União, como empresas estatais locais, royalties de petróleo, imóveis, créditos a receber e dívida ativa estadual ou distrital, entre outras. Em troca, os estados terão menos contrapartidas em investimentos diretos e poderão reduzir os aportes ao FEF.

Sancionado no início do ano, o Propag foi regulamentado nesta-terça. Na ocasião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou pontos que trariam impacto sobre o resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública).

## Investimentos

Em entrevista coletiva nessa segunda-feira (14), o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, disse que o Propag permitirá aos estados ampliar o investimento em cerca de R\$ 20 bilhões por ano (em

valores atuais). Assim como no caso da União, esses investimentos não devem impactar o resultado primário dos estados.

Pelas regras do programa, explicou Ceron, em troca do valor que os estados poderão investir a mais, serão reduzidos os limites de crédito que os governos estaduais poderão pegar emprestados no sistema financeiro. Dessa forma, o impacto final do programa sobre os cofres estaduais será neutralizado.

Todos os anos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estipula o limite de crédito que os estados e os municípios podem pegar emprestado. A redução dos limites de crédito precisa ser aprovada pelo conselho.

## Contas da União

A União, informou Ceron, deixará de receber de R\$ 20 bilhões a R\$ 25 bilhões por ano (em valores atuais) em juros da dívida dos estados. O secretário, no entanto, esclareceu que o impacto sobre os cofres federais não afetará o resultado primário, resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública e usado para apurar o cumprimento das metas fiscais.

Segundo Ceron, o dinheiro que o governo federal não receber afetará operações financeiras que impactam a dívida pública líquida (diferença entre o que a União deve e tem a receber), sem ser contabilizado no resultado primário da União.

Apenas em alguns casos, em que estados oferecerem à União participação em ações de estatais locais para amortizar a dívida, haverá um impacto residual sobre o resultado primário. Isso porque o governo federal herdará lucros e prejuízos dessas empresas, aumentando ou reduzindo o déficit.

Em janeiro, o Tesouro tinha informado que o Propag aumentaria a dívida pública federal em até R\$ 105,9 bilhões de 2025 a 2029 no pior cenário, em que os estados não oferecerem ativos à União e não amortizarem os débitos. No melhor cenário, a União arrecadará até R\$ 5,5 bilhões no mesmo período, caso os estados transfiram R\$ 160 bilhões em ativos à União e amortizem a dívida nos primeiros cinco anos.

## Vetos

Apesar da insatisfação de diversos governadores, que têm pressionado as bancadas estaduais a votarem pela derrubada dos vetos à lei complementar do Propag, Ceron disse que a equipe econômica não trabalha com essa possibilidade. Segundo ele, o projeto de lei foi amplamente negociado entre a União e o Ministério da Fazenda.

Os governadores do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul já fizeram manifestações favoráveis à derrubada dos vetos. Um dos pontos de maior polêmica é a retirada da possibilidade de que os estados usem recursos do futuro Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) para abater débitos com a União. Criado pela reforma tributária, o FNDR combaterá desigualdades regionais.

**Site:**

***<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/estados-podem-aderir-nova-renegociacao-de-dividas-ate-31-de-dezembro>***

# Justiça suspende eleição para representantes de municípios no Comitê Gestor do IBS

**Beatriz Olivon e Jéssica Sant'Ana De Brasília**

A 11ª Vara Cível de Brasília suspendeu a nomeação de representantes dos municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), em resposta a pedido feito pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A entidade disputa a participação no órgão com a Confederação Nacional de Municípios (CNM). A decisão liminar atrasa a eleição dos integrantes do grupo.

O Comitê Gestor vai administrar o IBS, tributo criado pela **reforma tributária** do consumo, que vai substituir o ICMS e o ISS, **tributos** de competência estadual e municipal, respectivamente.

O IBS será a maior fonte de arrecadação do país, com receita estimada em R\$ 1 trilhão ao ano, segundo informação da FNP.

Essa é a segunda ação sobre **reforma tributária** no Judiciário - antes mesmo do período de transição ser iniciado. A primeira foi proposta pelo Instituto Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência Oceano Azul, que contesta no Supremo Tribunal Federal (STF) critérios que teriam restringido o uso da alíquota zero do Imposto e da Contribuição sobre Bens e Serviços (IBS/CBS) na compra de automóveis por pessoas com deficiência (ADI 7779).

O Conselho Superior terá 54 integrantes, sendo 27 representando os Estados e o Distrito Federal e 27 representando o conjunto dos municípios. Os representantes municipais serão eleitos por votação entre os prefeitos, sendo 14 com base nos votos de cada município, com peso igual para todos, e 13 representantes eleitos com base nos votos ponderados pelas respectivas populações. A divergência está nesse último grupo.

A Confederação Nacional de Municípios defende que, entre esses 13 representantes, sete sejam eleitos entre os prefeitos representados pela FNP e seis por votação dos prefeitos da CMN. Já a FNP, que os 13 sejam escolhidos respeitando a regra de população, o que a favorecerá, pois a frente representa os prefeitos das grandes e médias cidades (que têm maior população), enquanto a CMN representa os pequenos municípios.

A FNP pediu, na ação proposta, a suspensão imediata de todas as deliberações decorrentes da reunião de parte da comissão eleitoral, realizada em 8 de abril, sem a participação dos membros indicados pela Frente. Segundo a Frente, as eleições para o Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS devem ser organizadas pelas duas associações.

No pedido, a FNP cita previsão da Lei Complementar nº 214, de 2015, quanto à realização de eleições distintas por meio de um único processo eleitoral, organizado pelas associações de representação de municípios de âmbito nacional cujos associados representem, no mínimo, 30% da população ou 30% dos municípios do país.

Na decisão, o juiz Paulo Cerqueira Campos afirma que o único requisito formal previsto na Lei nº 124, de 2025 quanto ao regulamento eleitoral é que seja elaborado em conjunto pelas partes. Ainda segundo o juiz, documento apresentado no processo comprova que os membros indicados pela FNP não participaram das deliberações que culminaram no regulamento das eleições nem nas convocações.

"A CNM agiu isoladamente na elaboração do Regulamento das Eleições, do Edital de Convocação e do Calendário Eleitoral", afirma.

Para o juiz, há risco com a aproximação do prazo final para a inscrição das chapas, que era ontem, e por isso concedeu a liminar. A decisão impede a CNM de realizar deliberações relacionadas ao processo eleitoral sem a participação dos demais membros indicados pela FNP, até nova decisão judicial.

"A relevância pública, histórica e política da escolha dos integrantes do Conselho Superior do CGIBS [Comitê Gestor do IBS] sobre-excede o dissenso pontual existente entre as partes e deveria servir de fator para convergência e harmonia de desígnios.

Por isso, a meu ver, tais eleições não devem ser realizadas 'a toque de caixa'", diz na decisão (processo nº 0718870-09.2025.8.07.0001).

Edmundo Medeiros, sócio do SA Law, destaca que a própria formação dos órgãos que vão atuar após a **reforma tributária** já está em disputa.

De acordo com ele, há "uma queda de braço" entre municípios maiores e menores pela representatividade dentro desse órgão. "Estamos falando do comitê que vai uniformizar os entendimentos sobre o IBS no Brasil todo", afirma.

O professor destaca que o receio dos grupos é que um representante que tenha o olhar das capitais não enderece questões de municípios menores e vice-versa. "Por exemplo, questões envolvendo micro e pequenas empresas que podem ser mais relevantes para os pequenos municípios." Em nota pública, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, afirma que a FNP está tumultuando o processo eleitoral para o Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS, a partir de argumentos "falaciosos e descontextualizados".

Ainda segundo ele, a CNM não deliberou de forma unilateral, já que a FNP decidiu não participar mais do processo eleitoral.

Ziulkoski acrescenta que a CNM não concorda com a decisão e que seguirá "na luta". Para ele, os prejuízos aos municípios são "incalculáveis" porque além do atraso na implementação da reforma em si, existe uma antecipação de crédito de R\$ 600 milhões que será feita pela União para custear o funcionamento do comitê e qualquer atraso na instituição dele diminui o repasse dos valores dessa operação para a manutenção da nova entidade.

Procurada pelo Valor, a FNP não deu retorno até o fechamento da edição.

"Os prejuízos aos municípios com a decisão são incalculáveis" Paulo Ziulkoski

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso/>

# Renda fixa bombando... e a economia?

Juros altos são um presente para o rentista, mas uma armadilha para a economia. Quem vive de renda fixa vê seus rendimentos crescerem sem esforço e sem riscos. Para quem está nessa posição, trata-se de um grande presente. Mas, e para o resto da economia?

O custo do crédito encarece, desincentivando investimentos produtivos e dificultando o financiamento de empresas. Pequenos negócios sofrem e consumidores adiam compras de bens duráveis. O Brasil já passou por isso muitas vezes: a política monetária, usada para conter a inflação, acaba limitando o crescimento e a geração de empregos.

A taxa de juros elevada pode atrair capital estrangeiro, fortalecendo o real e reduzindo a pressão sobre o dólar. Isso ajudaria no controle da inflação, mas esse efeito pode ser limitado pelo novo cenário externo. A política do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, com tarifas e barreiras comerciais, pode reduzir essa atratividade, especialmente num mundo em que os juros americanos seguem elevados.

Ao mesmo tempo, o peso dos juros altos sobre a dívida pública brasileira continua aumentando. A relação entre dívida e PIB já subiu consideravelmente e tende a crescer ainda mais. O custo do endividamento sobe, comprometendo o espaço fiscal e pressionando o Orçamento com pagamentos de juros. O perfil da dívida agrava a situação, já que parte expressiva está atrelada a taxas pós-fixadas, fazendo com que o governo pague mais juros a cada ano.

Desde o Plano Real, a inflação em torno da meta de 3% foi exceção, não regra. Portanto, a meta do Conselho Monetário Nacional (CMN), baseada numa média móvel de 12 meses, apenas reforça a necessidade de juros elevados. Isso não é uma escolha política do Banco Central (BC), mas uma consequência dos fundamentos econômicos. O fato é que o Brasil precisa romper essa dependência crônica de juros altos como solução para a inflação, e a resposta não está apenas no Banco Central, mas também em reformas estruturais, em previsibilidade fiscal e na melhora no ambiente de negócios.

Lula tenta driblar a realidade com frases de efeito. Expressões como "o Banco Central não pode dar um cavalo de pau" ou dizer que o Banco Central deixou uma "arapuca" não explicam nada. Apenas reforçam a falta de embasamento econômico e a tentativa de ganhar tempo sem oferecer soluções concretas. A

população já percebeu a fragilidade da gestão e a ausência de respostas para os problemas reais. A última pesquisa Datafolha mostra o pior índice de aprovação de Lula em todos os seus três mandatos (24%). O governo está enfraquecido porque a realidade se impõe e jargões não mudam os fatos.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarifas e nova economia da adaptação - GESTÃO

**Alexandre Ribas**

A escalada tarifária que reverbera nos mercados globais representa mais do que um impasse pontual entre duas potências.

Trata-se de um novo capítulo em um enredo que obriga empresas e nações a revisarem suas estratégias diante de um cenário de transformações profundas e contínuas.

Historicamente, tarifas sempre serviram como instrumentos de proteção industrial e promoção de interesses nacionais. Agora, contudo, simbolizam também o embate direto entre Estados Unidos e China - protagonistas da globalização moderna - em um mundo interligado, cada vez mais vulnerável às tensões geopolíticas e à volatilidade dos fluxos comerciais.

A metáfora das placas tectônicas ajuda a ilustrar o atual cenário: como elas, a medida em que avançam inexoravelmente, essas forças econômicas acabam por se chocar, com impactos sísmicos sobre cadeias produtivas e mercados.

O que está hoje em jogo transcende os tradicionais pilares tarifários - reciprocidade, receita e restrição. O fato é que vivemos uma era de rupturas estruturais, moldada por avanços tecnológicos acelerados, choques geopolíticos, crises sanitárias e climáticas.

Primeiro, foi a pandemia de covid-19 que paralisou cadeias de suprimento. Depois, a guerra na Ucrânia e o subsequente embargo à Rússia desorganizaram o fornecimento energético global. A atual proliferação de barreiras tarifárias aprofunda incertezas e impõe novos custos a empresas que já enfrentam uma inflação persistente, erosão de margens e riscos crescentes à competitividade.

Neste ambiente, ainda há quem busque refúgio em diagnósticos macroeconômicos na esperança de um retorno à estabilidade. No entanto, os últimos anos deixaram claro que a estabilidade, tal como a conhecíamos, tornou-se exceção. Alianças geopolíticas se reconfiguram, normas comerciais são renegociadas, novos concorrentes emergem e competências antes valorizadas tornam-se obsoletas. Nesse contexto, o fortalecimento do mercado interno

deixa de ser uma alternativa para se tornar condição fundamental à saúde econômica das nações.

O tempo, nesse novo paradigma, é um recurso escasso. Empresas que aguardam uma reversão do ciclo ou ventos mais favoráveis correm o risco de perder relevância. Por outro lado, organizações que compreendem a lógica da economia da adaptação estão redesenhando suas rotas - cientes de que as soluções duradouras não virão de fora.

Se a incerteza não pode ser eliminada, ela pode ser enfrentada com excelência em gestão.

Não há tarifa que onere o planejamento eficaz, nem embargo capaz de bloquear a disciplina na execução, tampouco inflação que comprometa uma cultura de aprendizado contínuo. A vantagem competitiva reside justamente nas alavancas sob nosso controle: estratégia, processos, talentos e inovação.

Empresas resilientes são aquelas que integram a mudança à sua cultura.

Adaptar-se, nesse novo cenário, significa assumir o protagonismo - não apenas reagir ao acaso. Em uma economia global comparável a um carrinho de batede, triunfa quem assume o volante com firmeza, mesmo sem controlar o percurso, mas com domínio absoluto de sua própria direção.

Para isso, é preciso foco na excelência da gestão, coragem para decisões difíceis, agilidade para ajustar rotas e visão para identificar oportunidades onde muitos só veem riscos. É tempo de construir, internamente, a própria estabilidade. É assim que se forja um novo capítulo da economia global - não à sombra das potências, mas à luz da competência. O futuro pertence a quem transforma complexidade em vantagem e incerteza em impulso para a excelência.

Alexandre Ribas é CEO da Falconi E-mail [ribas@falconi.com](mailto:ribas@falconi.com)

**Site:** <https://valor.globo.com/virador/#/editions>

# PLATAFORMAS - REPÓRTER DIÁRIO

## REPÓRTER DIÁRIO

A extensa entrevista que o governador Helder Barbalho concedeu ao jornal O Globo teve um efeito tranquilizador ao trazer uma firme resposta às dúvidas lançadas por veículos nacionais e estrangeiros quanto aos prazos das obras para a COP30 e a hospedagem em Belém. Acima de tudo, Helder deixou claro que a estrutura para recepcionar a conferência da ONU estará inteiramente pronta no prazo prevista. Explicou em detalhes como o Estado vai conseguir abrigar os 50 mil visitantes previstos: hotéis (16 mil), navios adaptados (4.700), plataformas de hospedagem (13 mil) e escolas, alojamentos, vilas militares e outros, 16.600.

Sobre a disparada de preços nas plataformas de hospedagem, o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) começou a agir: abriu procedimento investigatório contra o Airbnb, que informa valores em torno de R\$ 2 milhões para pacotes de 12 dias (10 a 21 de novembro) em Belém, para hotéis, aluguel de casas e pousadas na capital paraense. A inflação na rede hoteleira não é um fenômeno exclusivo da COP30. Nas COPs realizadas em Dubai e Baku, os preços cobrados inicialmente também geraram muitos protestos, mas foram normalizados à medida que os eventos se aproximavam.

## FÓRUM

Bancos com relevante atuação na região Norte passarão a integrar um fórum estratégico coordenado pela Sudam para aprovar e financiar projetos estruturantes. A criação do Comitê Regional das Instituições Financeiras Federais da Amazônia Legal (Coriff) ocorreu na 30a Reunião Ordinária do Condel, em Belém, na sexta-feira (11). O comitê foi criado para ter governança, transparência e prestação de contas da atuação das instituições financeiras na região, servindo para acelerar investimentos em áreas como infraestrutura, saúde, biotecnologia e agricultura familiar.

## CÂMERA

Com a preocupação de preparar a comunidade para os novos conhecimentos e tecnologias, o Museu Paraense Emílio Goeldi recebe amanhã, 16, o cineasta indígena Pat-i Bepbere Kayapó, da aldeia A'Ukre, no programa Café com Ciência, das 14h30 às 17h, no Centro de Pós-Graduação do MPEG, na

avenida Perimetral. Pat-i fará a palestra "A câmera é nossa arma", percorrendo sobre os desafios da nação Mebêngôkre-Kayapó e a importância do uso do audiovisual como ferramenta de resistência e afirmação cultural.

## ALERTA

A doença de Chagas teve seu dia lembrado pela Secretaria de Saúde Pública (Sespa), que alertou a população sobre a importância de prevenir a doença, inclusive no pré-natal. A doença é transmitida pelo barbeiro infectado, que ao picar uma pessoa sadia deposita fezes contaminadas no ferimento, permitindo a entrada do parasito *Trypanosoma cruzi* na corrente sanguínea (transmissão vetorial). Na fase aguda, os sintomas são dor de cabeça, febre, cansaço, edema facial e nos membros inferiores, taquicardia, palpitação, dor no peito e falta de ar.

## TRABALHADOR

Com 20 mil contratos negociados entre 21 de março e 3 de abril, o Pará é o Estado da região Norte com o maior número de empréstimos concretizados no novo consignado do Crédito do Trabalhador, disponível por meio da Carteira de Trabalho Digital, que oferece taxas de juros mais baixas. O total emprestado ultrapassa R\$ 125 milhões, com valor médio por empréstimo de R\$ 6,2 mil e parcelas de R\$ 350,50 e prazo de 18 meses. Em todo o país, mais de 532 mil empréstimos já somam R\$ 3,3 bilhões, com valor médio de R\$ 6.209,65 por trabalhador.

## LINHA DIRETA

O comércio de Belém sorri de orelha a orelha com a injeção de uma boa grana no bolso de aposentados e trabalhadores a partir desta semana. De um lado, a Prefeitura de Belém que vai depositar hoje na conta dos servidores a primeira parcela do 13º salário. Haverá uma injeção de R\$ 55 milhões.

Na Outra ponta estão os aposentados e pensionistas do **INSS**, que poderão consultar a antecipação do 13º salário a partir do dia 17.0 bônus natalino será pago a 818.778 pessoas no Estado e, segundo o instituto, a economia local será turbinada com R\$ 738,92 milhões.

O Ministério Público do Estado, por meio da Promotoria de Justiça de Muaná, realizou uma diligência na última quinta-feira, 10, que resultou na interdição de um matadouro clandestino situado na região da Ponte da

Itá, no município de Muaná, arquipélago do Marajó.

Oito pescadores receberam o pagamento imediato pelos serviços prestados após a intervenção do TRT da 8ª Região. A situação ocorreu no município de Vigia, durante a Ação Justiça do Trabalho Itinerante, que vem sendo realizada desde segunda-feira, 7 de abril, e segue até sexta-feira, 11.

As escolas estaduais Professora Ruth Rosita Gonzales e Mário Chermont, em Belém, realizaram no sábado (12) aulas intensivas para alunos da 3ª série do Ensino Médio. A iniciativa integrou a preparação dos estudantes para o Enem e contou com a participação de mais de 70 alunos.

**Site:**

**<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3110#book/>**